

Credores condicionam o Projeto 3 à evolução da renegociação da dívida

por Mara Luquet
de São Paulo

As chances de sobrevivência da linha de curto prazo para comércio exterior, prevista no Projeto 3 do acordo da dívida externa brasileira de 1983, estão amarradas à evolução das conversas entre governo e credores do Brasil. A linha deixa de ser compulsória no início do próximo mês de abril e, apesar de ser um bom negócio para os bancos estrangeiros, não é capaz de por si só garantir sua entrada no mercado voluntário.

Os bancos estrangeiros no Brasil não dizem que a linha servirá como instrumento para renegociação da dívida. Mas, também não negam que a disposição em mantê-la dependerá dos rumos das conversas entre Brasil e seus credores. Os bancos afirmam que vão abrir mão de sua lucratividade caso não observem avanços nas negociações.

Toshiro Kobayashi, presidente do conselho executivo do Banco de Tokyo, subsidiária do The Bank of Tokyo, líder do bloco de bancos asiáticos, sabe que será difícil convencer seu grupo a permanecer operando o Projeto 3 e também o Projeto 4 (financiamento do interbancário para bancos brasileiros no exterior, previsto no mesmo acordo), se chegar ao final do mês de março sem um entendimento na renegociação brasileira.

"Nosso banco não tomará uma medida drástica, a não ser que haja rompimento da negociação da dívida externa", garante Kobayashi. O presidente do conselho executivo do Banco de Tokyo acredita que o governo brasileiro já terá resolvido "os pontos pendentes do último acordo até março". Já o fechamento do acordo, na avaliação de Kobayashi, será mais demorado e só deverá ser assinado no final de 1991.

Os bancos japoneses são o exemplo mais transparente da imposição de entendimentos entre governo e credores para continuação dos Projetos 3 e 4. Eles evitam operações muito longas e mantêm o mesmo limite de início de abril para o prazo de vencimento de todos os seus financiamentos incluídos nesses projetos.

O mesmo não acontece, por exemplo, com o americano Citibank, maior credor brasileiro. Apesar de também condicionar a operação das linhas à evolução da renegociação da dívida externa, passará alguns meses após o fim da compulsoriedade para zerar suas operações, se optar por essa decisão.

Carlos Craide, diretor da área internacional do Citibank, diz que "em princípio, o banco quer manter as linhas, porque é uma operação interessante e a van-



Toshiro Kobayashi

tagem de permanecer existente". Essa decisão, no entanto, poderá ser reavaliada caso se verifique um impasse na renegociação da dívida de longo prazo.

O fim da compulsoriedade, na avaliação de Craide, tende a criar mais atrativos à linha do Projeto 3. O executivo do Citibank explica que o volume compulsório para financiamento, cerca de US\$ 15 bilhões, peca por excesso. Na opinião de Craide, esse volume tende a se ajustar nos meses seguintes a março e passará a girar entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões.

Esses ajustes evitarão, por exemplo, que o mercado amargue financiamentos com "spread" (margem de risco) negativo, como ocorreu em 1989. "Naquele ano os bancos estavam preocupados em gerar operações, por causa da compulsoriedade", observa Angelim Curiel, diretor de câmbio do Citibank. Segundo ele, os "spread" negativos eram compensados pelo abatimento do Imposto de Renda.

Além do retorno financeiro, a linha de Projeto 3 é interessante aos bancos estrangeiros porque o mercado internacional valoriza essa operação, ou seja, os bancos conseguem atender também aos clientes de suas agências espalhadas pelo mundo. "O Citibank tem interesse grande nessa linha porque tem presença em muitos países", reconhece Curiel.

Adrian Clerc, diretor do Royal Bank of Canada, confirma que a linha serve a importantes clientes no exterior. A prioridade do banco, segundo Clerc, é atender o comércio entre Brasil e Canadá. "Nossa carteira é bem diversificada e apoiamos todos os setores que desenvolvem negócios com o Canadá", diz o executivo. Segundo Clerc, o Royal Bank of Canada, em princípio, manteria as linhas dos Projetos 3 e 4 voluntárias, "porque é um bom negócio", justifica.

Os bancos japoneses, por sua vez, mantêm uma carteira de linhas do Projeto 3 com boa parte de seus financiamentos direcionados à Petrobrás e principalmente à Companhia Vale do Rio Doce, financiando a exportação de aço para o Japão.